

Livro	Folhas

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE
2024**


ATA N.º 5/2024

Aos dezanove do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, pelas catorze horas e quarenta minutos, nesta cidade do Porto Santo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 27.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob a presidência da Exma. Senhora Fátima Maria Camacho Ferreira Albino Silva, coadjuvada por Helena Cristina da Silva Ferreira Ornelas e Gil Miguel Melim Menezes, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários. _____

Encontravam-se também presentes os Deputados Municipais: Agostinho Pedro Gonçalves Marcial da Câmara, Graciano Brás de Melim dos Santos (em substituição de Carla Cristina Santos Rosado), Filomena Maria Alencastre Pestana (em substituição de Edgar José Gonçalves Câmara), Bruno André Caldeira Rodrigues (em substituição de Carlos Manuel Santos Gama), Eduína Marilena Telo Neves Rodrigues e a Presidente da Junta de Freguesia, Maria Joselina Escórcio de Brito de Melim, pela Coligação "Acredita Porto Santo" PSD/CDS-PP; Ana Maria Nunes de Freitas Dias, João Manuel Freitas e Vítor Manuel Drumond (em substituição da Carina Isabel Ornelas Neves) pelo Partido Socialista; Carlos José Mendes da Silva e Francisco Aquino Gomez de Abreu, pelo Movimento Uma Nova Esperança – UNE e Hugo Dinis Vasconcelos Nóbrega, Deputado Independente. _____

Faltou à Sessão a Deputada, Márcia da Silva, do Partido Socialista, que havia sido convocada (em substituição de Telmo Samuel de Jesus Telo). _____





Participaram ainda nesta sessão, o Presidente da Câmara Municipal, Nuno Filipe Melim Batista, o Vereador Luís Miguel Paixão Brito, o Vice-Presidente, Artur José Alves Nunes Ferreira, a Vereadora Mariana Filipa Correia Vasconcelos. O Vereador Luís Eduardo Guance Bettencourt não esteve presente na Sessão por motivos profissionais inadiáveis. _____

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal abriu a Sessão, tendo proferido o seguinte: _____

Boa tarde a todos os presentes, sejam bem-vindos á nossa sessão da Assembleia Municipal. _____

Exmos. Senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal _____

Exmas. Senhoras e Senhores deputados _____

Exma. Senhora Vereadora _____

Exma. Senhora Presidente da Junta de Freguesia _____

Saudação especial a todos os nossos munícipes presentes _____

Verifico a existência de quórum, com a presença das Senhoras e Senhores deputados às catorze horas e quarenta minutos. _____

Declaro aberta a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, n.º 5, aos dezanove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro.

Foram solicitadas as seguintes substituições: Da coligação PSD/CDS a Senhora Deputada Carla Rosado, o Senhor Deputado Edgar Câmara e o Senhor Deputado Carlos Gama, alegando motivos profissionais e pessoais. Foi convocado, como a Lei obriga, o membro seguinte e, portanto, em substituição temos o Senhor Deputado Graciano Santos, a Senhora Deputada Filomena Pestana e o Senhor Deputado Bruno Rodrigues. _____

Livro	Folhas

Do Partido Socialista as seguintes substituições: a Senhora Deputada Carina Neves, a Senhora Deputada Andrea e o Senhor Deputado Telmo Telo e em substituição está o Senhor Deputado Vítor Manuel Drumond e também foi convocada o Senhora Deputada Márcia da Silva, que não se encontra presente pelo que será marcada falta. _____

O Regimento da Assembleia Municipal estabelece que não são permitidos o uso de telemóveis para gravações vídeo ou registo, mas é contemplado as gravações de áudio com fim de ser um apoio para as atas e pedidos de esclarecimento dos Senhores Deputados. Gentilmente solicito que os telemóveis dos presentes estejam em modo silencioso. _____

Informo os Exmos. Senhores Deputados que é só permitido o uso da palavra após inscrição com o Segundo Secretário, basta levantar o braço e a respetiva autorização da Presidente da Assembleia para iniciar a sua intervenção. Solicito aos presentes que os pedidos de esclarecimento sejam sempre em tom respeitoso de modo que a Democracia e a Cidadania sejam mais do que palavras e que dignifiquem a Instituição que todos aqui representamos. _____

Informo também o público presente, neste momento o Sr. Vereador e o Chefe de Gabinete, que não recebemos nenhum pedido de intervenção até ao momento, pelo que vamos passar ao período da reunião. _____

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

Iniciou-se o Período da Ordem do Dia e a pedido da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, foi dispensada a leitura dos pontos. _____

PONTO 1. PROPOSTA DE REGULAMENTO TAXA MUNICIPAL TURÍSTICA DO PORTO SANTO NOS TERMOS DO DISPOSTO DAS ALÍNEAS C) E G) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º E DAS ALÍNEAS E) E K) DO N.º1 DO ARTIGO 33.º, AMBOS DA LEI





N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; _____

A Senhora Presidente da Assembleia informou que se encontravam abertas as inscrições para intervenções e pedidos de esclarecimentos e deu primeiramente a palavra ao Senhor Deputado Francisco que iniciou a sua intervenção manifestando considerar o valor da taxa turística exagerado, tendo em conta que o Porto Santo se trata de uma ilha; sugeriu a implementação de uma taxa de um euro, para qualquer pessoa que entre na ilha, incluindo excursionistas; questionou de que forma foi definida a idade mínima dos 13 anos para o pagamento da referida taxa; relativamente à plataforma eletrónica, perguntou se a mesma já se encontra disponível e se, na qualidade de particular, pode aceder à mesma; interrogou, também, se as entidades hoteleiras e de alojamento local serão informadas pela Câmara Municipal assim que a plataforma esteja ativa e, também, se a Câmara irá disponibilizar um livro de faturas ou se as entidades devem passar as suas faturas; interrogou acerca da data de entrada em vigor da taxa turística; pretende saber também, de que forma foi efetuado o cálculo que veio a definir o valor da Taxa Turística; e pediu que a Câmara Municipal demonstrasse de forma clara do final do ano, a aplicação do montante arrecadado com a referida taxa. _____

Por fim, alertou para o facto de que o Porto Santo ficou mal visto, tendo em conta a notícia que indica que os madeirenses terão de pagar taxa turística, defendendo que deveríamos ter dado resposta, indicando que maior parte da população madeirense não irá pagar, pois ficam alojados em casas próprias ou de conhecidos seus e, acrescentando que, o porto-santense

Livro	Folhas

também paga essa mesma taxa na ilha da Madeira. _____

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Deputado Hugo Nóbrega que iniciou a sua intervenção fazendo referência à intervenção do Sr. Deputado Francisco Abreu, evidenciando a pertinência das questões colocadas acerca da Taxa Turística, nomeadamente a questão do pagamento da taxa pelos madeirenses, a data de implementação da mesma e a aplicação das verbas arrecadadas. _____

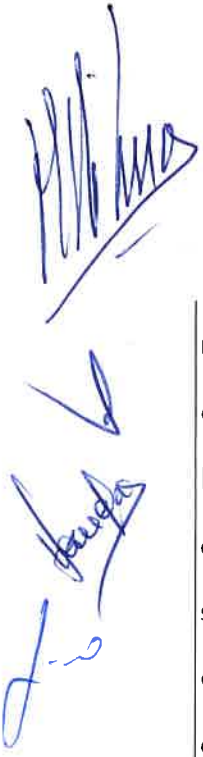
Referiu que os serviços do Porto Santo devem ser melhorados, o isolamento em janeiro mantém-se dada a paragem do navio Lobo Marinho e deixou a questão no ar, de como é que se pode servir os turistas se não se consegue servir os locais. _____

Posteriormente foi dada a palavra ao senhor Deputado Carlos Silva, iniciando a sua intervenção por referir que se vivia um dia histórico, por finalmente se vir a implementar a Taxa Turística. Pediu que se identifique em que áreas vão ser aplicadas as receitas desta taxa. _____

Questiona ao Sr. Presidente, em que ponto se encontra a ideia da cobrança da taxa aos turistas de cruzeiro, em parceria com a APRAM. _____

Para concluir, desafiou os Srs. Deputados para um debate mais alargado em torno de uma Ecotaxa, com objetivo de reduzir o número de viaturas que entram na ilha, que provocam várias complicações nomeadamente, de trânsito e ambientais. _____

Não havendo mais intervenções, teve a palavra o Senhor Presidente da Câmara iniciando por dizer aos Srs. Deputados, relativamente à Taxa Turística, que sempre considerou que seria preciso avançar com a implementação da mesma no momento certo, e que o valor dos 2 euros,



reflete o compromisso feito entre os vários municípios da região que decidiram também aplicar a referida taxa. _____

Relativamente à taxa turística ser aplicada ao desembarque nos navios, tendo em conta que a taxa turística é aplicada sobre a dormida, neste caso teria de ser criada uma taxa distinta. Para além disso seria necessário um protocolo e acordo com a A.P.R.A.M e parece que existem questões jurídicas que carecem de ser explanadas. _____

Quanto à questão da plataforma eletrónica, estavam a ser resolvidas algumas incongruências detetadas no concurso por ajuste direto, com a empresa *Medidata*, indicando o Sr. Presidente que até ao final da semana o procedimento deveria estar concluído. Esta contratação prevê incluída sessões de esclarecimento, de forma a esclarecer as normas de funcionamento da plataforma. Referiu também que, as faturas serão emitidas através da plataforma, mediante os dados introduzidos pelos proprietários dos alojamentos. _____

Relativamente à questão colocada sobre o impacto que poderá ter nos pacotes de férias vendidos anteriormente à data de entrada em vigor da taxa turística, referiu o Sr. Presidente que não são acrescentados aos pacotes este montante. _____

Quanto à questão dos residentes na Madeira, referiu que compreende o impacto nas redes sociais, mas que considera que são poucos os madeirenses que estão insatisfeitos, e que, possivelmente os que estão, são os que nunca visitam o Porto Santo. Defendeu também, que o turismo regional é importante no combate à sazonalidade, e que por isso o madeirense deve ser visto sempre como um turista, e todos os eventos devem ser apoiados pela

Livro	Folhas

Associação de Promoção da Madeira, da mesma forma que o Governo Regional e a Assembleia Regional decidiram aprovar o Subsídio à Mobilidade. _____

Relativamente ao Subsídio de Mobilidade, parece incongruente haver este subsídio e depois ser cobrada uma taxa turística, mas este é uma situação que acontece também em Portugal Continental. _____

No que diz respeito à idade limite para isenção da taxa turística, indicou o Sr. Presidente que se pretende demonstrar que se valoriza o turismo em família, e por isso foi definida a idade dos 13 anos. _____


No que diz respeito à aplicação das verbas arrecadadas através da taxa turística, está o Sr. Presidente em concordância que a informação deve ser transmitida com clareza e que, é importante não só a população, mas também os visitantes saberem em concreto de que forma foram aplicadas estas verbas, de forma a perceberem que estão a contribuir para melhoria de espaços e não apenas a pagar. _____

Relativamente à entrada em vigor da taxa, indicou que devem primeiramente estar concluídos todos os procedimentos necessários para tal, e o expectável será que entre em vigor em janeiro do ano seguinte. _____

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Carlos Silva, referiu o Sr. Presidente que o mesmo acompanhou tudo o que foi dito pelo Sr. Deputado Francisco Abreu, e tendo em conta ser membro da comissão política do Partido Juntos pelo Povo, partido este que implementou a taxa turística em Santa Cruz, que tem sido alvo de muito debate por não haver esclarecimentos acerca da aplicação das verbas da referida taxa. _____

Referiu ainda que, o que os outros fazem de bem devemos ter como exemplo,

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below.



mas isso não significa que tenhamos de reproduzir o mesmo, porque se assim for a Câmara Municipal de Santa Cruz deverá apresentar uma ecotaxa para todos os aviões que aterrem no aeroporto, para diminuir a pegada ecológica. Por fim, lamentou o Sr. Presidente, que os financiamentos e o Quadro 2030 sejam para recuperar o tempo perdido e não para dar um salto em frente, como era necessário para o Porto Santo. _____

Teve novamente a palavra o Senhor Deputado Carlos Silva para primeiramente questionar ao Sr. Presidente por que razão este não pretende utilizar as verbas da taxa para o alcatroamento das estradas, que considera fundamental. _____

Seguidamente, referiu que o Sr. Presidente mencionou na sua intervenção um município que implementou de forma exemplar a taxa turística, e informou que esse executivo teve dificuldades na aplicação, por pressão dos empresários, bem como da ACIF, no entanto, ao dia de hoje, o Funchal arrecada 7 mil euros por dia através desta mesma taxa. _____

Relativamente às questões ambientais, a VINCI está a promover um conjunto de programas no sentido de reduzir os impactos ambientais. _____

Por fim, alerta para os problemas reais que precisam de ser debatidos de forma séria para que se possa prevenir, agir e atuar, e deixar os ataques de lado. _____

Teve novamente a palavra o Senhor Deputado Hugo Nóbrega mencionando a intervenção do Sr. Presidente acerca do Subsídio de Mobilidade, indicando que em janeiro o madeirense paga 160 euros para vir ao porto Santo, enquanto que para ir a Portugal Continental paga apenas 86 euros. _____

Por fim, declarou que as comparações devem ser muito bem fundamentadas

Livro	Folhas

quando feitas. _____

Interveio o Sr. Presidente, em resposta ao Sr. Deputado Hugo Nóbrega, referindo que o mesmo não percebeu as suas palavras, e que acompanha a sua opinião relativamente ao subsídio de mobilidade, e apenas referiu que o mesmo até parecia incongruente. Disponibilizou-se para enviar as propostas de alteração do Orçamento de Estado da República, por via da Associação de Municípios, onde consta não só a questão do subsídio de mobilidade, mas também a questão do valor das transferências de estado. _____

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Carlos Silva, respondeu o Sr. Presidente que o que questionou foi acerca da responsabilidade da aplicação das verbas no Município de Santa Cruz, e não se tiveram dificuldades em implementar a taxa turística. _____

Em relação à menção da necessidade de debate sério, defendeu o Sr. Presidente que a ecotaxa não resolve o problema do escarvelho das palmeiras, afirmando que acredita que deve existir responsabilidade social regional, e como tal, irá reforçar esta questão junto do Presidente do Governo. _____

Assumi também o Sr. Presidente que, sem outra alternativa, poderá ter que alocar verbas da taxa turística para o abate das palmeiras afetadas, por questões de proteção civil. Contudo, reforçou que irá fazer tudo para que estas despesas sejam assumidas pelo Governo Regional. _____

Rebateu a ideia de que o programa da VINCI é suficiente para reduzir a pegada ecológica de Santa Cruz, e aproveitou para informar que esta mesma empresa tem um projeto no Porto Santo de florestação há 3 anos, e que, possivelmente irá replantar as palmeiras que vão ser abatidas, de forma



a que a VINCI reforce o seu papel social no Porto Santo. _____

Submetida à votação, a “PROPOSTA DE REGULAMENTO TAXA MUNICIPAL TURÍSTICA DO PORTO SANTO.”, foi aprovada, na sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada a 19 de novembro de 2024, ao abrigo do disposto nas alíneas c) e g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _

Esta deliberação foi tomada, por maioria, com (9) votos favoráveis dos Deputados da Coligação “Acredita Porto Santo PSD/CDS-PP”, Helena Cristina da Silva Ferreira Ornelas, Eduína Marilena Telo Neves Rodrigues, Agostinho Pedro Gonçalves Marcial da Câmara, Graciano Brás de Melim dos Santos, Bruno André Caldeira Rodrigues, Gil Miguel de Melim Menezes, Filomena Maria Alencastre Pestana; da Presidente da Junta de Freguesia, Maria Joselina Escórcio de Brito de Melim; da Presidente da Assembleia Municipal, Fátima Maria Camacho Ferreira Albino Silva; (2) dos Deputados do Movimento “Uma Nova Esperança” – UNE, Carlos José Mendes da Silva e Francisco Aquino Gomez de Abreu e (1) do Deputado Independente, Hugo Dinis Vasconcelos Nóbrega, e (3) abstenções dos Deputados do Partido Socialista, Ana Maria Nunes de Freitas Dias, João Manuel Freitas e Vítor Manuel Drumond. A Deputada do Partido Socialista, Márcia Gertrudes da Silva, faltou à Sessão sem justificação. Não foi apresentada qualquer Declaração de voto. _____

Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do disposto no artigo 57.º, n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de produzir efeitos imediatos. _____

Os referidos documentos irão ficar arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas, onde estarão disponíveis para consulta sempre que para tal

Livro	Folhas

forem solicitados. _____

PONTO 2 – “DELIBERAR SOBRE PROPOSTA DE ADITAMENTO À PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – PRÉDIOS URBANOS - 2025; _____

“Considerando que, _____

Deu entrada no Município do Porto Santo uma petição diversa, com o número 8163/2024, solicitando o benefício fiscal previsto no Artigo 44.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais do qual se transcreve “Os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar uma redução até 25 % da taxa do imposto municipal sobre imóveis a vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética.” _____

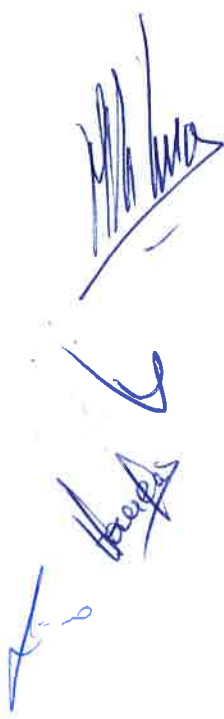
A “Proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis - Prédios Urbanos 2025” aprovada em reunião da Câmara Municipal realizada em 23/09/2024, e aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada a 30 de setembro de 2024, não contempla o benefício fiscal anteriormente referido. _____

É intenção do executivo municipal que todos os imóveis do concelho do Porto Santo sejam energeticamente eficientes, trazendo grandes vantagens ambientais na redução de consumo energético e na melhoria do conforto. _____

Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

Submeter a deliberação da Assembleia Municipal o aditamento à “Proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis - Prédios Urbanos 2025” aprovada na sua sessão ordinária de 30 de setembro de 2024, nos termos alínea a), do art.º 14º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, a alínea d) do n.º 1, do artigo 25º e a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente adicionando o seguinte benefício: _____





- A redução em 25 % da taxa do imposto municipal sobre imóveis a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética, nos termos do artigo 44.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais.” _____

Esta deliberação foi aprovada, por unanimidade, na reunião de Câmara Municipal realizada em 04 de novembro de 2024, a fim de ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal. _____

Foram abertas inscrições para intervenções e teve a palavra o Senhor Deputado Carlos Silva, que referiu que não se opõe ao Ponto que se delibera, e que até ficou surpreendido com a questão do aproveitamento de águas residuais e eficiência energética, que permitem uma poupança no IML. _ Referiu que foi solicitado à ANAM um parecer relativamente às medidas propostas para o IML, no que diz respeito à majoração de 30% para prédios devolutos e degradados, e que tal medida nunca foi aplicada, questionando a Sr.ª Presidente da Assembleia, que medidas é que foram tomadas relativamente à aplicação, junto da Câmara Municipal e que respostas foram dadas nesse propósito. _____

Teve a palavra a Sr.ª Presidente Fátima Silva, informando o plenário que toda a documentação recebida pela Assembleia Municipal é remetida ao mesmo e informado o Município. Mencionou que reuniu com o Sr. Presidente Nuno Batista, acerca desta questão, e tal como já referido pelo mesmo em sessão anterior, estaria a ser feito um levantamento da situação; indicou que os problemas encontrados são de grau elevado de dificuldade de resolução e como tal, requer tempo, recursos humanos e a elaboração de um regulamento. Informou que a Câmara Municipal aguarda também um parecer sobre esta matéria, e será possível um compromisso do Sr. Presidente para que se

Livro	Folhas

encontre resolução. _____


Denotou ainda a Sr.^a Presidente que, esta é uma matéria de elevada importância, e que todos os esforços devem ser feitos, pois trata-se de uma verba significativa para o município e para os munícipes. _____

Interveio o Sr. Deputado Hugo Nóbrega, questionando se o regulamento já existe, ao qual a Sr.^a Presidente da Assembleia respondeu negativamente.

Expressou-se o Sr. Deputado contra a necessidade se efetuar o levantamento, para então se prosseguir com a elaboração do regulamento, defendendo que é necessário começar com urgência. _____

Interveio o Sr. Presidente da Câmara, congratulando a Sr.^a Presidente da Assembleia e a Mesa, por não ser o assunto a discutir no ponto, e demonstrarem abertura em falar sobre o mesmo. Explicou aos membros que, as pessoas que têm prédios devolutos deveriam saber que vão ser cobrados, tendo em conta que os órgãos Câmara Municipal e Assembleia Municipal, já deram um claro sinal do que vai acontecer. Afirmou que o Sr. Deputado Carlos Silva está a pedir ao Executivo que se faça em 3 anos algo que nunca foi feito na Câmara Municipal. É necessário entender o que são prédios devolutos e que impacto é que os mesmos têm. Lançou um desafio ao Sr. Deputado, para que o mesmo apresentasse um parecer jurídico acerca do seu parecer, pela questão por ele levantada e se de facto o Município está a cometer alguma ilegalidade. Questiona também, se esta Assembleia estaria a cometer uma ilegalidade se chumbasse um aumento de 0,3 para 0,5 do IMI e o mesmo fosse carregado por 0,3, interrogando quem determinou os 0.3 e quem determina a lei, para além disso, a lei determina que para cobrar o IMI é necessário introduzir todos os imóveis devolutos. _____





Referiu que a preocupação do Sr. Deputado Carlos Silva se prende em encontrar problemas e falhas cometidas pela Câmara Municipal. _____

Interveio o Sr. Deputado Carlos Silva, questionando o Sr. Presidente se este considera uma trica política a recuperação do património arquitetónico da ilha, e a disponibilização de casas. Referiu que a majoração de 30% sobre os 0,3 no IMI, tem por fim a recuperação de casas devolutas, degradadas ou em ruínas, e com esta recuperação atingem-se vários objetivos, nomeadamente a disponibilização de casas para habitação. Indicou ainda que, a penalização a estes proprietários, estimulará a recuperação ou venda dos imóveis, sendo que o município terá a beneficiar. Reitera que esta questão não se trata de tricas políticas, mas sim de visão e discussão relativamente à ilha do Porto Santo. _____

Interveio o Sr. Presidente, em resposta ao Sr. Deputado Carlos Silva, afirmando que, se não se tratasse de intriga política, o Sr. Deputado ou o seu partido já teriam apresentado uma proposta de resolução da situação. _____

Reiterou que são necessários inúmeros procedimentos nunca antes feitos, como a alteração do PDM (há 25 anos por alterar), a alteração de planos de urbanização e regulamentação do funcionamento. Afirmou que o Sr. Deputado Carlos Silva não é capaz de reconhecer na equipa da Coligação Acredita – PSD/CDS, o trabalho que tem desenvolvido, e se limita a procurar falhas para prejudicar esta equipa. _____

Acrescentou que, segundo o Sr. Deputado, a solução financeira para este Município prende-se na taxa turística, e caso esta não se venha a implementar, não será feito nada no Porto Santo, pois defende que estas verbas devem ser aplicadas na recuperação das estradas. Pediu também que


Livro	Folhas

lesse o próximo documento acerca do Ponto 3, e que posteriormente revelasse o que depreendeu relativamente à situação financeira atual do Município. Referiu também que, em relação ao anuário publicado acerca do desempenho financeiro dos Municípios, espera do Sr. Deputado Carlos Silva uma referência à recuperação daqueles que antes se encontravam no fundo da tabela. Para além disso, informou que a receita referente ao IMT, já superou o valor do orçamento apresentado em dezembro do ano transato, aumentou a coleta da receita do IMI, porque apesar de haver o mesmo número de casas, tendo em conta o crescimento da economia, algumas das famílias que antes não pagavam este imposto, agora passaram a pagar. Através da dinamização da economia local, encontrando soluções para o emprego, conseguiu-se aumentar essa receita. Relativamente aos prédios devolutos, poderá acontecer que o Estado possa ficar com o património por falta de pagamento do IMI destes imóveis. Mais indicou que, considera que estes imóveis não resolvem o problema da habitação. _____

Pedi, por fim, que o Sr. Deputado Carlos Silva no futuro, deixe de contribuir para as tricas políticas e que ao invés, contribua para estabilidade da governação regional. _____

Interveio o Sr. Deputado Carlos Silva, informando que nunca se demitirá de colocar as suas ideias para o futuro da ilha. Considera que a medida de majoração dos 30% dos prédios devolutos é extraordinária, e valeria a pena ser ponderada. Referiu-se a título de exemplo, a uma propriedade que esteve devoluta e foi recuperada, estando neste momento à venda por mais de um milhão de euros, sendo um bom exemplo de receita de IMT. Alertou o Sr. Presidente, caso o assunto em questão não seja resolvido até à próxima





sessão, irá apresentar um voto de protesto. _____

Interveio o Sr. Presidente, respondendo ao Sr. Deputado Carlos Silva, que o exemplo dado pelo mesmo, reforça que é possível resolver o assunto sem aumentar o IMI das casas devolutas em 30%. Defendeu novamente que a economia do Porto Santo e a quebra da sazonalidade têm permitido uma expansão em termos imobiliários, e é essa expansão que tem dificultado a criação de casas para jovens. Deixou claro que as medidas da proposta do IMI foram votadas por unanimidade, pelo que, todos os deputados presentes estão de acordo com a mesma. _____

Submetida à votação, a “PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) - PRÉDIOS URBANOS – 2025 ADITAMENTO.”, foi aprovada, na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 19 de novembro de 2024, ao abrigo do disposto nas alíneas c) e g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

Esta deliberação foi tomada, por unanimidade, com (15) votos favoráveis dos Deputados da Coligação “Acredita Porto Santo PSD/CDS-PP”, Helena Cristina da Silva Ferreira Ornelas, Eduína Marilena Telo Neves Rodrigues, Agostinho Pedro Gonçalves Marcial da Câmara, Graciano Brás de Melim dos Santos, Bruno André Caldeira Rodrigues, Gil Miguel de Melim Menezes, Filomena Maria Alencastre Pestana, da Presidente da Junta de Freguesia, Maria Joselina Escórcio de Brito de Melim e da Presidente da Assembleia Municipal, Fátima Maria Camacho Ferreira Albino Silva; dos Deputados do Partido Socialista, Ana Maria Nunes de Freitas Dias, João Manuel Freitas e Vítor Manuel Drumond; dos Deputados do Movimento “Uma Nova Esperança” – UNE, Carlos José Mendes da Silva e Francisco Aquino Gomez de Abreu e do

Livro	Folhas

Deputado Independente, Hugo Dinis Vasconcelos Nóbrega. A Deputada do Partido Socialista, Márcia Gertrudes da Silva, faltou à Sessão, sem qualquer justificação. Não foram apresentadas declarações de voto. Não foi apresentada qualquer Declaração de voto. _____

Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do disposto no artigo 57.º, n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de produzir efeitos imediatos. _____

Os referidos documentos irão ficar arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas, onde estarão disponíveis para consulta sempre que para tal forem solicitados. _____

PONTO 2 – “INFORMAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DO RELATÓRIO DE INFORMAÇÃO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DO PORTO SANTO.” _____

Foram abertas inscrições para intervenções e teve a palavra o Senhor Deputado Hugo Nóbrega, questionando ao Sr. Presidente, se é possível alocar alguma verba de forma a salvar algumas das palmeiras, considerando que o assunto em questão está a ser tratado com leveza. Aproveitou para manifestar o seu desagrado relativamente à divisão que verifica na governação da ilha, e questionou o Sr. Presidente se ainda se reúnem boas condições no partido PSD, para se continuar a desenvolver um projeto para o Porto Santo; questionou qual a responsabilidade do município na questão da problemática dos pinheiros; e também, se as palmeiras vão ser utilizadas para colocação de decoração natalícia. _____

Interveio o Sr. Deputado Francisco Abreu, destacando os eventos – Festival do Podengo e a Festa do Pão, que estão a crescer ano após ano, e também



enalteceu o regresso do Rally do Porto Santo. _____

Teve a palavra o Sr. Presidente, esclarecendo novamente que, caso o Governo não assuma a situação das árvores, a câmara terá de assumir a questão. Referiu que a praga do escaravelho é um problema de vários municípios, e pelo que parece não existe nada a fazer, contudo será necessário encontrar um caminho. _____

Adicionou que, ninguém se referiu à recolha de lixo feita pela Câmara Municipal do Porto Santo, o que reforça a sua opinião acerca de que apenas se apontam os defeitos a este executivo. _____

Reafirmou que, apesar das divergências, é necessário se definir o caminho que se pretende fazer, e relativamente à menção à aparente divisão partidária, disse ter uma profunda admiração pelo Presidente do Governo, mas que isso não o impedia de transmitir a sua opinião contrária, quando necessário. _____

Abordou novamente o Sr. Deputado Carlos Silva, dizendo que o mesmo não correspondeu ao desafio feito pelo mesmo, de ler algumas passagens do anuário. _____

Interveio então, o Sr. Deputado Carlos Silva, afirmando que tem acompanhado o artigo acerca da dívida das câmaras municipais da Região Autónoma da Madeira, não sendo o caso do Porto Santo. Deixou uma nota, acerca do assunto da recolha de lixo, afirmando que há uns anos atrás, em sessão de Assembleia, foi apresentada uma proposta para uma ação idêntica, sendo que se levantaram vozes e foram aduzidos um conjunto de argumentos que davam por inútil uma ação dessas, e que, como se veio a verificar, veio-se agora dar importância a tal ação. _____

Livro	Folhas

Teve a palavra o Sr. Presidente, considerando que o Sr. Deputado Carlos Silva não deveria dizer que acredita que os 110 milhões de dívidas autárquicas influenciam o orçamento Municipal do Porto Santo. _____

Afirmou que não fez nenhuma referência àquilo que é dito sobre o Porto Santo, e que se o fizesse daria oportunidade ao Sr. Presidente de não ser o único a fazer tal referência. Cita o Sr. Presidente o artigo do diário referente ao anuário: "Que fator é mais preocupante nas contas dos municípios madeirenses? Será o facto de apenas três deles apresentarem um valor de pontuação dos indicadores de eficácia e eficiência financeira satisfatório: Ponta do Sol, Porto Moniz e Porto Santo. (...) Todos os outros municípios apresentam uma pontuação inferior a metade da pontuação total atribuída, para se considerar uma gestão financeira exercida com eficácia e eficiência. (...)", evidenciando que em três anos o executivo conseguiu reduzir a dívida do município, equilibraram as contas e têm um orçamento eficiente e eficaz, e por isso não necessitam de sobrecarregar as famílias e empresas do Porto Santo com impostos e mais taxas. _____

Relativamente à questão do IRS, assumiu um compromisso para com os portosantenses, que foi cumprido no primeiro ano. É necessário esclarecer que alguns municípios têm milhões de euros de taxas acumuladas, mas que não devolvem a totalidade do IRS. Afirmou que é responsabilidade de todos os órgãos autárquicos, incluindo parte da oposição que está na Câmara Municipal, independentemente das divergências. Por fim, lembrou a aproximação do fim dos mandatos, e reconhece a presença de uma oposição que tem questionado e se preocupado, naquelas que são as medidas essenciais. _____

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below.

NOTA: As intervenções havidas ao longo desta sessão constam de registos de ficheiros áudio, em formato mp3, gravados em CD-ROM, que desta ata fazem parte integrante e que aqui se apresentam de forma sumária. _____

ENCERRAMENTO: Não havendo outros assuntos a tratar a Senhora Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, eram dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos, pelo que de tudo para constar, se lavrou a presente ata, nos termos do disposto no artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que depois de aprovada vai ser assinada pela Senhora Presidente e pelos Secretários, que a coadjuvaram. _____

